

Lava Jato

Muito além da Petrobras...

OPERAÇÃO Polícia Federal investiga esquema de movimentação financeira ilegal de várias pessoas físicas e jurídicas

A operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF), foi deflagrada em março deste ano e investiga, segundo as autoridades policiais, um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que podem chegar a R\$ 10 bilhões orquestrado por um grupo especializado no câmbio negro.

Diferente do que é exposto na mídia como "petrolão", a operação a PF vai muito além das denúncias de pagamento de propina nos contratos da estatal com empresas terceirizadas. O esquema de movimentação financeira e lavagem de dinheiro de ativos envolve diversas pessoas físicas e jurídicas em diferentes crimes, entre eles os delitos cometidos estão o tráfico internacional de drogas, corrupção de agentes públicos, sonegação fiscal, evasão de divisas, extração de minérios, contrabando de pedras preciosas e desvios de recursos públicos.

A PF prendeu, entre outros, o doleiro paranaense Alberto Youssef, que tem fortes ligações no meio político e foi um dos operadores do escândalo do Banestado, e os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa (Refino e Abastecimento), suspeito de receber propinas milionárias do esquema de corrupção, e Renato Duque (Serviços), além de diretores das maiores empreiteiras do país.

A lupa da mídia está em cima da Petrobras e todo indício de corrupção deve ser investigado e, comprovada as denúncias, punido com rigor. Outro sinal da



Lava Jato investiga corruptos e corruptores

extensão do esquema é o acordo na Comissão Parlamentar Mista de Investigação (CPMI) da Petrobras, no qual os partidos definiram que por enquanto nenhum político será convocado a depor. Todavia, o esquema parece ir muito além da estatal petrolífera brasileira.

Autonomia na investigação

Um fato que a mídia esconde é que a Polícia Federal e Ministério Público Federal nunca tiveram tanta autonomia nas investigações. Apesar da independência das instituições ser garantida pela Constituição, as nomeações aos cargos de chefia da PF e MP ditam se os processos serão apu-

rados ou engavetados. Nos últimos anos, a PF investiu na estruturação de uma área especializada no combate a fraudes e à corrupção e, somente em 2012, foram criadas 17 delegacias especializadas no combate à corrupção e desvios de recursos públicos.

Em 2013, as investigações de crimes do colarinho branco suplantaram as ações contra o tráfico de drogas e o contrabando. Além disso, dados de dezembro de 2013 mostram o andamento de 12.870 inquéritos policiais em todo o Brasil que apuram a prática de crimes que envolvem o desvio de recursos públicos. Esse número representa mais de 10% de todas as investigações em curso na Polícia Federal. Os contratos sob investigação da PF somam o número recorde de R\$ 15,59 bilhões em recursos públicos.

Mídia e Eleições

Os ataques continuam

A Petrobras serviu de munição para a oposição nas eleições presidenciais. Vazamentos seletivos de depoimentos do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, que optaram pela delação premiada no processo e por isso as informações deveriam correr em sigilo até a conclusão das investigações, vieram à tona e foram cotidianamente explorados pela mídia.

Para além do caráter eleitoral do caso, que também é alvo de apuração da Polícia Federal - caso do adiantamento da edição da revista Veja, em uma tentativa de golpe branco às vésperas da eleição, que afirmava que Dilma e Lula sabiam do esquema de propina envolvendo a Petrobras - a campanha de difamação da maior empresa da América Latina continua, mas agora com outro viés.

Os sucessivos ataques com ênfase na corrupção têm como pano de fundo a desestabilização da gestão estatal, o que abre caminho para a privatização da Petrobras. O mercado que está de olho na empresa é o mesmo que financia os meios de comunicação. A petrolífera seria um grande negócio nas mãos do capital privado, mas é muito maior e melhor na condição de empresa pública e estatal, com seus lucros voltados à melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Afinal, quem deve se apropriar do resultado da produção deste recurso essencial e estratégico: umas poucas famílias e suas empresas ou todo o povo brasileiro? Esta é a diferença dos projetos que estiveram em disputa nestas eleições. Olho Vivo!

Corrupção

Terceirização é o ninho da corrupção na Petrobras

Os contratos milionários que a Petrobras firma com empresas para prestação de serviços terceirizados - e que muitas vezes deveria ser executados por trabalhadores próprios - é a origem das denúncias de desvios de recursos.

A crescente terceirização na empresa é refletida no aumento dos casos de corrupção na companhia. Atualmente a Petrobras tem 86 mil trabalhadores próprios e 360 mil terceirizados, uma relação de 4,2 terceirizados para cada contratado diretamente, ou seja, 80% dos funcionários que atuam na estatal são terceirizados.

Além de ser o foco da corrupção, a terceirização significa precarização das condições de trabalho. Os terceirizados têm piores salários, menores benefícios e menos direitos. Um exemplo é que o funcionário concursado que trabalha nas plataformas segue a escala de 14 dias de trabalho para 21 dias de folga, enquanto o terceirizado tem regime de 14 dias de trabalho por 14 dias de folga. Ainda por cima, os terceirizados estão mais sujeitos a acidentes e são os que mais morrem a serviço da Petrobras, o que evidencia a falta de zelo à saúde e segurança dos trabalhadores terceirizados.



Lava Jato

Estatal nunca esteve tão bem

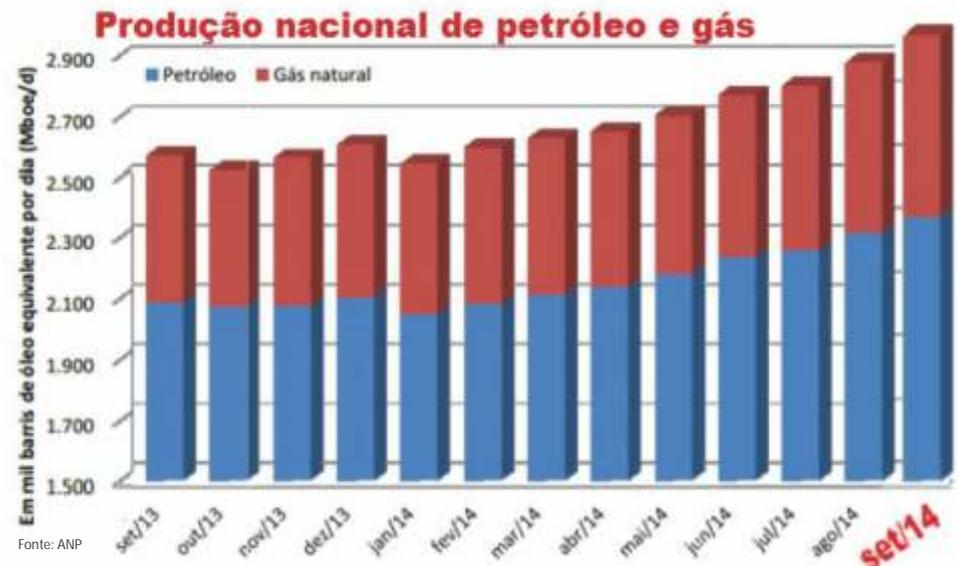
RESULTADOS Petrobrás quebra cotidianamente recordes de extração, produção e refino de petróleo e derivados

O que a mídia não divulga, por ir contra aos interesses dos seus financiadores, é que a estatal petrolífera brasileira nunca apresentou resultados tão positivos ao longo de sua história. Recordes de produção e extração de petróleo e derivados são quebrados dia após dia.

Para se ter uma ideia da campanha negativa: em setembro o Brasil bateu pelo quarto mês consecutivo o recorde de produção de petróleo e gás natural, extraindo quase três milhões de barris de petróleo e derivados por dia, 12,6% a mais do que no mesmo período de 2013. Um acréscimo que deverá subir para perto de 15% quando forem divulgarem os dados oficiais de outubro e o pré-sal estiver se aproximando dos 700 mil barris de petróleo e gás. Tal notícia tão positiva não figurou nas capas dos jornais, muito pelo contrário, ficou escondida entre os ataques. As grandes redes de televisões, por sua vez, não falaram uma palavra. No lugar disso, muito mais do mesmo: Youssef, Paulo Roberto Costa e a tentativa de desestabilizar a gestão estatal.

A postura partidária de oposição da grande e velha mídia beira o ridículo. Sempre desacreditou os resultados do pré-sal, mas tem que engolir cotidianamente o aumento da produção nos campos submersos.

Os recordes não são apenas de produção. Os lucros da empresa também estão em patamares inéditos. Em 2013 a empresa obteve R\$ 23,6 bilhões de lucro consolidada. Há doze anos esse valor era de R\$ 8,1 bilhões, ou seja, em pouco mais de uma década a empresa rendeu mais de 190% aos cofres públicos, o que representou mais investimentos em saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento do país.



Petróleo para o desenvolvimento social

A regulamentação da destinação dos royalties do petróleo e a criação do Fundo Social do Pré-Sal foram grandes avanços para a utilização dos recursos oriundo do petróleo no desenvolvimento social do país. O Governo Federal propôs e aprovou junto ao Congresso Nacional o projeto que destina 75% dos recursos oriundos dos royalties do petróleo à educação e 25% à saúde. Quanto ao Fundo Social do Pré-Sal, ficou estabelecido que 50% do total dos recursos serão destinados à educação e à saúde, na mesma proporção dos recursos dos royalties (75% e 25%).

Campanha

Reforma política para atacar a raiz da corrupção

MUDANÇA Participação popular no processo de reforma política é fundamental para avançar na democracia

Corrupção no Brasil é sinônimo de financiamento privado e empresarial de campanhas. Não há um partido sequer que não receba verbas de grandes empreiteiras, bancos, construtoras e outros conglomerados econômicos. O objetivo desses financiadores de campanha é a assinatura de contratos com municípios, estados e governo federal para prestação de serviços, ou seja, colocar dinheiro em campanha política é investimento de retorno certo.

Por isso é fundamental a reforma política do país. Acabar com o financiamento empresarial, fixar teto de gastos nas campanhas ou ainda avançar para o financiamento público é o caminho para atacar a corrupção na sua origem. Na campanha eleitoral de 2014 foram gastos cerca de R\$ 74 bilhões, o que equivale a três Copas do Mundo ou mil hospitais públicos com equipamentos de última geração, além dos gastos de todos esses hospitais por um ano, incluindo salários.

Dilma Rousseff, em seu primeiro discurso após a reeleição, prometeu dar prioridade à reforma política e defendeu acertadamente a convocação de uma assembleia constituinte exclusiva para tratar do assunto. No dia seguinte, setores conservadores – para não dizer atrasados – da política no Congresso Nacional foram contrários à proposta da constituinte e tentam transformar essa importante pauta da sociedade em um mero remendo político. É a lógica



de quem nada quer mudar. Quanto menor e mais fragmentada a reforma, melhor para se manter nos cargos públicos e nos esquemas de corrupção. Por isso os parlamentares conservadores propõem a redução da reforma política em forma de plebiscito ou, pior ainda, de referendo. Entenda a diferença entre as propostas:

Constituinte, plebiscito ou referendo?

Assembleia Constituinte: é um organismo criado dentro da ordem política e institucional de um Estado, dotado de plenos poderes, para propor uma reforma ou a criação de uma nova Carta Magna. Geralmente, ela é composta a partir da eleição de representantes específicos para este fim e é diluída quando conclui seus trabalhos. Em muitos países, é comum que um

referendo homologue a Constituição proposta.

Plebiscito: a população é convocada a votar em propostas. É convocado previamente à criação do ato legislativo ou administrativo que trate do assunto em pauta antes da lei ser elaborada.

Referendo: o povo é convocado a votar posteriormente, cabendo ratificar ou rejeitar a proposta criada pelos poderes.

Financiamento de campanhas políticas é um grande negócio para as empresas

Uma constatação instigante divulgada pelo jornal O Estado de São Paulo revela que sete de cada dez deputados federais eleitos receberam verbas de ao menos uma das dez empresas que mais fizeram doações eleitorais em 2014. Essas empresas investiram na eleição de 360 dos 514 deputados da nova legislatura da Câmara Federal, ou seja, 70% dos parlamentares que assumem o cargo em 1º de janeiro deve favores ao empresariado.

O curioso é que os repasses não obedecem a uma afinidade política, é justamente o contrário. As empresas buscam investir no campo político mais amplo para garantir o atendimento de suas pautas. Prova disso é que os 360 eleitos com apoio empresarial estão espalhados em 23 partidos distintos.

Outro dado interessante comprova que nas eleições dinheiro é sinônimo de vitória. Os candidatos eleitos gastam em média 11 vezes mais do que os derrotados. Os 1,5 mil parlamentares (deputados estaduais, federais e senadores) bem sucedidos tiveram despesas 29% acima do que a soma dos gastos dos 13 mil não eleitos.

A doação das empresas em campanhas, por óbvio, segue a ordem mercadológica. São investimentos que trarão muitos lucros em um futuro próximo.

Top 10

1º Grupo JBS (Friboi, Swift, Vigor, Leco, Faixa Azul, entre outros): Líder do ranking, as empresas do grupo JBS ou dos mesmos sócios destinaram R\$ 61,2 milhões para 162 deputados. A JBS é a maior empresa de proteína animal do mundo. As verbas financiaram a cúpula de 21 dos 28 partidos presentes na nova legislatura da Câmara, inclusive todos os grandes partidos. A estratégia funcionou tão bem que o grupo elegeu a mais numerosa bancada, nada mais, nada menos do que o dobro do partido político mais vitorioso na Câmara Federal.

2º Bradesco: O banco desembolsou R\$ 20,3 milhões para 113 dos deputados eleitos, espalhados por 16 partidos. As verbas foram direcionadas às direções partidárias, que fizeram a distribuição entre seus candidatos.

3º Grupo Vale: a indústria da mineração, que outrora era estatal e foi vendida a preço de banana por FHC, investiu R\$ 17,7 milhões na campanha eleitoral e conseguiu ajudar a eleger 85 deputados de 19 partidos. O mais agraciado foi o deputado reeleito Luiz Fernando Faria, reeleito pelo PP de Minas Gerais, que recebeu R\$ 800 mil da Vale. Um detalhe importante é que Faria já foi presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara.

4º OAS: a empresa do setor da construção desembolsou R\$ 13 milhões para dar aquela força na eleição de 79 deputados de 17 partidos, principalmente os maiores.

5º Andrade Gutierrez: essa outra indústria do setor da construção gastou quase a mesma coisa que a OAS e conseguiu emplacar 68 deputados federais.

6º Ambev: A empresa que fabrica bebidas como Skol, Brahma e Antarctica, entre outras, gastou R\$ 11,7 milhões nessa campanha e auxiliou na eleição de 76 deputados de 19 partidos. As doações da Ambev e da JBS formam a chamada "bancada do churrasco", que conta com 25 deputados que receberam verbas da cervejaria e do frigorífico.

7º Queiroz Galvão: mais uma empresa da construção a figurar no ranking dos maiores financiadores eleitorais. A Queiroz colocou R\$ 7,5 milhões na campanha e viu 57 dos seus patrocinados se elegerem.

8º UTC: investir em campanha eleitoral parece um ótimo negócio para as empresas da construção. Essa aqui é uma das maiores do país na área de serviços em engenharia industrial e investiu R\$ 7,2 milhões e ajudou a eleger 61 deputados.

9º Itaú: Essa instituição financeira gastou R\$ 6,5 milhões, bem menos que o Bradesco, mas conseguiu eleger 84 deputados, também de 16 partidos. Ao contrário do Bradesco, o Itaú investiu mais para candidatos do que para partidos.

10º Odebrecht: fecha a lista das 10 maiores doadoras mais uma empresa do setor da construção. A Odebrecht gastou o mesmo valor que o Itaú na campanha, mas ficou um pouco atrás no número de parlamentares eleitos (62). A bancada da construção é a segunda maior da Câmara. São 214 deputados de 23 partidos.

Com esse Congresso não dá!

A assembleia constituinte da reforma política é necessária porque a configuração da próxima legislatura do Congresso Nacional é a mais conservadora desde a redemocratização do país, no período pós-1964, segundo o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

O aumento de representantes dos religiosos, militares, ruralistas, empresários e outros segmentos identificados com o conservadorismo dificulta o avanço nas pautas da sociedade e dos trabalhadores, como as reformas estruturantes necessárias para o desenvolvimento do país, como a reforma agrária, trabalhista, sindical e previdenciária.

Plebiscito Popular da Reforma Política

A sociedade brasileira passou por um grande processo histórico. Durante os dias 01 a 07 de setembro foi realizado o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Movimentos sociais e sindicais de todo o país coletaram votos para saber se a população é favorável ou não a uma Constituinte que tratasse exclusivamente da reforma política.

A campanha coleta de votos ocupou praças, porta de fábricas, locais de trabalho, pátios de escolas e até igrejas. Apesar de ignorado pelos grandes meios de comunicação, o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político conseguiu arrecadar exatos 7.754.436 milhões de votos em urnas fixas e itinerantes espalhadas por todo o país e por meio da internet. Desses, 97,05% (7.525.680) foram favoráveis à convocação da consulta.



Expediente

O Olho Vivo é um informativo do Movimento Paranaense em Defesa do Patrimônio Público e da Igualdade Social. Sede: Rua Lamenha Lins, 2064, Rebouças, Curitiba-PR | Contato: olho.vivo.contato@gmail.com